LOUSÃ

Ata Número Nove

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas e trinta e nove minutos, reuniu ordinariamente, no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** ----------

---

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; ----------

2 - Designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da CPCJ da Lousã; ----------

3 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio; ----------

4 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras; ----------

5 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Lousã e Vilarinho; ----------

6 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins; ----------

7 - Autorização e votação de abertura de procedimento para recrutamento de um dirigente intermédio de 3º grau - Chefe de Unidade - para a Unidade Jurídica e de Recursos Humanos;----------

8 - Apreciação e votação da proposta de contratação do empréstimo a médio e longo prazo com recurso à linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de 135.000,00 € destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 - Rede Ciclável da Lousã - Zona Central;----------

9 - Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2023; ----------

10 - Apreciação e votação da prorrogação do prazo de aceitação da transferência de competências no domínio da ação social ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº55/2020, de 12 de agosto;----------

11 – Apreciação e votação da retificação da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas Municipais. ----------

---

A Senhora Presidente da Mesa deu início aos trabalhos apresentando cumprimentos a todos: Executivo, membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, público presente e trabalhadores da autarquia e sendo esta a primeira sessão do ano 2023, endereçou votos de bom trabalho. Seguidamente, passou a palavra à 2ª Secretária, a fim de proceder à chamada. ----------

---

CHAMADA: ----------

Feita a chamada verificou-se a ausência de Sérgio Pedroso que justificou a falta e foi legalmente substituído por Rui Morais, Daniela Guerreiro que justificou a falta e foi legalmente substituída por Susana Barata, Carolina Cabral Henriques que justificou a falta e foi legalmente substituída por Jorge Pratas que justificou a falta e foi legalmente substituído por Daniela Santos e Maria Fernanda da Franca que justificou a falta e foi legalmente substituída por Paulo Correia, que justificou a falta e foi legalmente substituído por António Carvalho, da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD.CDS/PP.----------

---

A Senhora Presidente deu nota que não havia inscrições para intervenção por parte do público, pelo que passou ao ponto **Antes da Ordem de Trabalhos**. ----

VOTAÇÃO DA ATA:----------

O Senhor Deputado Santinho Antunes pediu a palavra para, em nota prévia e antes da votação da ata, esclarecer uma questão relativa à Moção sobre a APIN apresentada por **João Curvelo** onde reiterou que o seu Grupo Municipal, interpretou que ficou combinado entre todos um procedimento comum com vista à elaboração de uma Moção entre a Coligação "É Hora de Mudar"

PPD/PSD.CDS/PP e o PS, bem como os moldes em que será feita a deslocação do Senhor Presidente do Conselho de Administração, a ser incluída na referida proposta, ao que a **Senhora Presidente da Mesa** confirmou que é isso que está previsto, nada mais a esclarecer, colocou a ata referente à reunião ordinária realizada no dia catorze de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, à votação, referindo que apenas poderiam votar os membros que estiveram presentes. Não havendo mais sugestões de melhorias, pedidos de correção e/ou esclarecimentos, foi aprovada por unanimidade com os votos do PS, PPD/PSD.CDS/PP e BE quando estavam todos os membros na sala.----------

A Senhora Presidente da Mesa apresentou ao plenário duas propostas do Executivo com carácter excecional, pontual e urgente com base no nº 2 do artigo 50º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, para que a assembleia possa deliberar a sua inclusão na Ordem de Trabalhos, colocada à votação e não merecendo oposição, foi aprovada por unanimidade a sua inclusão. ----------

PONTOS: ----------

12 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento público através da celebração de contrato Interadministrativo;----------

13 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas nos municípios enquanto autoridade de transportes relacionada com a prestação do serviço público de passageiros através da celebração de contrato Interadministrativo. ----------

---

Seguidamente e para melhor enquadramento destes dois pontos da Ordem de Trabalhos, **a Senhora Presidente da Mesa**, solicitou ao **Senhor Presidente da Câmara** que fizesse o enquadramento, com uma breve apresentação e contextualização destas propostas, a fim de se tornar mais fácil a apreciação e votação.----------

O Senhor Presidente da Câmara começou por agradecer a disponibilidade da **Senhora Presidente da Mesa**, relativamente à aceitação e submissão a esta assembleia da possibilidade de inclusão destes dois pontos. Disse que a principal razão desta pretensão, prende-se com o facto de poder beneficiar do agendamento da Assembleia Municipal em articulação com a reunião de Câmara, a fim de dar resposta, à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, adiante designada por CIM-RC, ainda durante o mês de fevereiro em curso. Atendendo à data em que chegou a documentação e ao agendamento desta reunião, era a possibilidade existente para conciliar a resposta adequada e com a competente apreciação e votação da Assembleia Municipal. Um documento diz respeito a um processo que tem vindo a ser trabalhado há algum tempo com a CIM-RC, no âmbito da descentralização de competências e relativo às infrações rodoviárias. No que diz respeito aos transportes, disse ser um processo que, eventualmente, todos já terão algum conhecimento sobre a matéria. Deu nota que é um processo que tem sido difícil, a vários níveis. Entretanto, foi decidido em reunião fazer um procedimento de contratação de transportes no âmbito da CIM-RC, numa perspetiva de ter mais escala e maior capacidade de negociação e de contratualização dos serviços. No entanto, afirmou que mesmo assumindo essa maior escala, dos dezanove municípios, ainda assim, tem sido um processo extremamente difícil, agora com a expectativa negociável e jurídico-administrativa. Adiantou, ainda, que o Município da Lousã no âmbito desta negociação e deste processo que agora se perspetiva consumar terá um acréscimo de custo no montante de setenta mil euros, em números redondos, para o mesmo universo de serviços a prestar à comunidade, em termos de transportes coletivos.----------

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu os esclarecimentos prestados pelo **Senhor Presidente da Câmara** e colocou à votação da assembleia a inclusão destas duas propostas na Ordem e trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade.----------

Assim sendo, a **Ordem de Trabalhos** passou a ter a seguinte redação:----------

LOUSÃ

---

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; ----------

2 - Designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da CPCJ da Lousã; ----------

3 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio; ----------

4 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras; ----------

5 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Lousã e Vilarinho; ----------

6 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins; ----------

7 - Autorização e votação de abertura de procedimento para recrutamento de um dirigente intermédio de 3º grau - Chefe de Unidade - para a Unidade Jurídica e de Recursos Humanos;----------

8 - Apreciação e votação da proposta de contratação do empréstimo a médio e longo prazo com recurso à linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de 135.000,00 € destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 - Rede Ciclável da Lousã - Zona Central; ----------

9 - Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2023; ----------

10 - Apreciação e votação da prorrogação do prazo de aceitação da transferência de competências no domínio da ação social ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº55/2020, de 12 de agosto;----------

11 – Apreciação e votação da retificação da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas Municipais; ----------

12 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento público através da celebração de contrato Interadministrativo;----------

13 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas nos municípios enquanto autoridade de transportes relacionada com a prestação do serviço público de passageiros através da celebração de contrato Interadministrativo. ----------

---

CORRESPONDÊNCIA: ----------

A Senhora Presidente da Mesa deu conhecimento da receção por parte da Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República, relativamente à questão sobre a desagregação das Juntas de Freguesias. A informação não se restringia a acusar a receção do processo, mas, também, a dar conhecimento de que o mesmo foi remetido aos Senhores Deputados da Comissão da Administração Pública Ordenamento do Território e Poder Local. Mais tarde, a Mesa da Assembleia recebeu da Presidente dessa Comissão, Presidente Isaura Morais, a acusar a documentação e informar que foi criado um grupo de trabalho denominado freguesias e que iria dar sequência à análise dos vários processos recebidos. Mais informou que a mesma solicitou que fosse enviado o processo novamente de forma digital, o que já tinha sido feito uma primeira vez, mas foi feito novamente para esta Comissão específica e, até ao momento, não houve mais qualquer informação sobre este processo. ----------

Informou que recebeu, também, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, adiante designada por CPCJ, uma informação sobre a renovação do mandato da cidadã eleitora Ana Paula Martins de Jesus Rodrigues, para mais um manato para integrar a Comissão Alargada da CPCJ da Lousã.----------

Informou, ainda, que deu entrada uma Moção do Grupo Municipal do BE, todavia, como deu entrada fora de prazo não cumpriu com aquilo que estava estabelecido no regimento, pelo que a mesma não vai ser apreciada e votada nesta reunião. Deu nota que já informou os líderes dos vários grupos municipais e disse que a sua proposta, se assim o entenderem, seja analisada na próxima sessão da Assembleia Municipal.----------

---

Informou, também, que a **Mesa da Assembleia Municipal** recebeu uma proposta de recomendação e uma Moção do Grupo Municipal PPD.PSD-CDS/PP – "É hora de Mudar" que foram, oportunamente, remetidas a todos os membros, pelo que iniciaria o debate por esta Moção intitulada "A favor da Escola Pública, A favor de uma Educação de Qualidade!" – doc. nº 1 (um)).---
Chamou o porta-voz desta Moção do PPD/PSD-CDS/PP para apresentar o referido documento, alertando para o facto de a Moção já ser conhecida de todos e por isso, não haver necessidade de uma leitura exaustiva da mesma, deixando, todavia, o assunto à consideração. ----------

Maria Antunes, começou por dizer que o Grupo Municipal PPD/PSD-CDS/PP "É hora de Mudar" vem manifestar o seu total apoio aos professores, na sua luta por uma escola pública e de qualidade e pela dignificação da sua carreira profissional. Fez a leitura extensiva da referida Moção remetida a todos os membros da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc nº 1 (um)). ----------

INSCRIÇÕES: Margarida Correia, João Santo e Luís Martins.----------

Margarida Correia, interveio para dizer que relativamente ao documento apresentado, o Grupo Municipal do PS entende importante ter presente algumas considerações. Embora a moção tenha algumas imprecisões e referências que não correspondem à realidade e à verdade, é reconhecido pelo Grupo Municipal do PS Lousã e do governo do PS a instabilidade, principalmente, na fase inicial da carreira com precariedade de dificuldade de fixação numa escola. Não obstante, ressalvou com ênfase que foi no âmbito do PS que foi possível iniciar este diálogo, tratando uma matéria que não é exclusiva da carreira docente, antes porém, que resulta da anterior governação do PSD. Assim, e dada a complexidade do assunto, o Grupo Municipal do PS não pode votar favoravelmente esta moção. ----------

João Santo tomou a palavra e sobre a Moção apresentada pelo Grupo Municipal PPD/PSD-CDS/PP "É hora de Mudar", começou por saudar a

alteração de posição do PSD que em 2019 reprovou aquilo que tinha sido acordado em conferência de líderes, na altura na Comissão de Serviço, questão fundamental dos professores. Todos reconhecem que os professores estão em luta, que tem sido forte e que está para continuar e adiantou que não veem até hoje alteração à situação desta classe. Recordou que existe já há muito tempo um grande descontentamento desta classe profissional, não só dos professores, mas, também, de todos os profissionais. Justificou a posição do BE em relação à Moção, informando que se vai abster, apesar de ter em atenção esta Moção. Todavia, o conjunto de propostas são vagas, não traduzem claramente medidas concretas para alterar a situação que os professores vivem hoje e por essa razão não lhe parece que seja merecido haver uma posição positiva em relação a esta Moção. Realçou, no entanto, que, citando "*os professores, é uma preocupação do BE e merece toda a nossa solidariedade perante esta luta que vemos na rua*."----------

Luís Martins usou da palavra começando por tecer algumas considerações à Moção a favor da Escola Pública, a Favor de uma Educação de Qualidade, promovida pelo Grupo Municipal PPD/PSD-CDS/PP "É hora de Mudar". Das considerações, começou por apresentar à Mesa uma Declaração de Voto. Afirmou que enquanto pai, encarregado de educação com participação ativa na vida escolar, está solidário com as iniciativas que os professores e todos os demais intervenientes fazem na procura das melhores soluções que assegurem o bem-estar da Escola Pública. Disse que nunca é de mais agradecer ao professor no contributo da formação de valores que ambicionam para os filhos, contudo, no seu entendimento pessoal, esta Moção, tem uma mensagem política. O documento apresentado nesta Assembleia Municipal, desta forma e com este conteúdo, dá a entender que a responsabilidade é totalmente de quem governa atualmente. Salientou que todos os partidos devem assumir as suas responsabilidades ao longo da história. Citando: "*pois a Coligação PPD/PSD-CDS/PP "É hora de Mudar", também, contribuiu e de que maneira para este desgaste, para esta indignação, e para a revolta. O governo que retirou o subsídio de férias e de*

Natal aos professores e aos demais funcionários públicos, foi a Coligação PPD/PSD-CDS/PP. O governo que iniciou o processo de congelamento das carreiras foi a Coligação PPD/PSD-CDS/PP. Se o objetivo é fazer boa figura e propaganda, no espectro político da nossa sociedade em que estamos envolvidos, com este tipo de mensagem, no meu entendimento, enviesada, então o meu voto, e não vou respeitar a disciplina, o meu voto a esta moção, é contra". Assina: Luís Miguel Martins. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc nº 2 (dois)).----------

---

Colocada à votação a Moção: A favor da Escola Pública, a favor de uma Educação de Qualidade, foi aprovada com oito votos a favor da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, dezasseis abstenções do PS e um voto contra do PS.----------

---

Seguidamente, a **Senhora Presidente da Mesa** colocou à apreciação e votação a Proposta de Recomendação: Pela implementação, pelo Município da Lousã, na medida em que lhes sejam aplicáveis, das recomendações dirigidas pelo Tribunal de Contas a vários municípios, no âmbito da Auditoria ao financiamento pelos municípios de corpos e associações de Bombeiros, efetuada no âmbito do Relatório nº 5/2022. (doc nº 3 (três)).----------

Seguidamente, chamou o porta-voz desta Proposta de Recomendação do PPD/PSD-CDS/PP para apresentar o referido documento.----------

Santinho Antunes defendeu a Proposta de Recomendação numa lógica de citando: "tentar andar à frente daquilo que é o recomendado, em vez de ficar à espera que aquilo que parece que muitas vezes acontece em muitos sítios do país. Se em dois mil e vinte e dois tivemos uma auditoria dos resultados para municípios extremamente importantes, com muito mais recursos que a Lousã, foram resultados de recomendação. Vamos andar à frente e implementar o que é recomendado para não andarmos atrás do prejuízo que muitas vezes acontece. E é exatamente o que equivale esta recomendação, adaptando-a ao Município da Lousã para que se possa evitar uma

fiscalização do Tribunal de Contas e verificar-se que não cumprimos aquilo que era facilmente visível e cumprido."----------

INSCRIÇÕES: Pedro Santos. ----------

Pedro Santos tomou a palavra a fim de tecer algumas considerações concernentes à Proposta de Recomendação apresentada. Começou por afirmar, citando: "*que este Relatório nº 5/2022 é datado de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois. Trata-se de um relatório de uma auditoria que analisou o modelo subjacente ao financiamento municipal dos Corpos de Bombeiros de Portugal Continental, avaliando a sua adequação aos fins visados, o que envolveu a quantificação dos apoios concedidos a Associações Humanitárias de Bombeiros, a caracterização da sua fundamentação legal e dos procedimentos de atribuição, controlo e verificação da adoção de princípios de economia, eficiência, eficácia na utilização desses mesmos recursos públicos. Este relatório teve o contributo de duas auditorias autónomas, Municípios de Bragança e Odemira, dos trabalhos de campo realizados em seis municípios: Amadora, Matosinhos, Sabugal, Tomar, Setúbal e Portimão. Dos questionários efetuados a outros vinte e oito municípios e do tratamento dos dados nas subvenções públicas concedidas às Associações Humanitárias de Bombeiros pelos duzentos e setenta e oito municípios do continente. Deste relatório resultaram algumas recomendações no sentido de otimizar os recursos concedidos, aumentar a transparência, promovendo simultaneamente a qualidade e segurança dos serviços prestados às populações. No Município da Lousã, estas recomendações têm vindo a ser paulatinamente implementadas. Garantia de operacionalidade verificada pela articulação entre a Associação Nacional de Emergência da Proteção Civil e o Instituto Nacional de Emergência Médica, dos Corpos de Bombeiros no recenseamento Nacional de Bombeiros Portugueses, aprovado por unanimidade em reunião de Câmara realizada em seis de fevereiro para o início de elaboração de Regulamento Municipal que permita a concessão de apoios, projetos e atividades de serviços à comunidade.*" Fez uma detalhada descrição técnica dos apoios e benefícios à comunidade, em caso de

emergência ou catástrofe de origem natural ou tecnológica. Afirmou, também, que a Comissão Municipal de Proteção Civil, está constituída regularmente e em normal funcionamento e, por inerência, decorrente da legislação em vigor, o Comandante Municipal de Emergência e Proteção Civil, está atribuído ao Senhor Comandante dos Bombeiros Municipais. Está, também, agendada a discussão da proposta do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, em sede de Comissão Municipal de Proteção Civil. Pela exposição declarou poder concluir-se não haver razão para a existência desta Recomendação.----------

Santinho Antunes pediu a palavra para questionar quem é que é, atualmente, o Coordenador Municipal de Proteção Civil.----------

Pedro Santos retomou a palavra para esclarecer que, antigamente, havia o Coordenador Operacional Municipal, decorrente da legislação como disse anteriormente, independentemente de ser nomeado ou não, havendo um Corpo Municipal de Bombeiros, como tal, por inerência é o Comandante do Corpo Municipal de Bombeiros.----------

---

A Senhora Presidente da Mesa pediu aos Senhores Deputados que não entrassem em diálogo e deu por concluída a apreciação deste assunto. --------

---

Colocada à votação a Proposta de Recomendação: Pela implementação, pelo Município da Lousã, na medida em que lhes sejam aplicáveis, das recomendações dirigidas pelo Tribunal de Contas a vários municípios, no âmbito da Auditoria ao financiamento pelos municípios de corpos e associações de Bombeiros, efetuada no âmbito do Relatório nº 5/2022, foi rejeitada com dezasseis votos contra do PS, uma abstenção do BE e oito votos a favor da Coligação PPD/PSD-CDS/PP.----------

---

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

INSCRIÇÕES: João Curvelo, João Santo, António José Gonçalves, Marco Sequeira, Santinho Antunes, Joel Fernandes e Susana Barata. ----------

João Curvelo interveio para, sinteticamente, dar nota e referindo-se à Moção e Proposta de Recomendação apresentadas pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP que "*já são sete anos de governo*", pelo que convinha ser assumida alguma responsabilidade pelas opções que tomam. Seguidamente perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** quando é que está prevista a reparação dos semáforos da Av. Brasil, bem como a reparação do elevador do Centro de Saúde, por último afirmou que, citando: "*foi com tristeza que soube, porque tinha o PS da Lousã em melhor consideração, soube que o PS da Lousã convidou o ex-presidente da Federação Distrital do PS para um plenário de militantes, do PS Lousã. Achei, realmente, triste o feito. É um desrespeito para com os Lousanenses, uma pessoa que tinha acabado de ser condenada a quatro anos de pena suspensa por favorecimento de empresas com um cargo que tinha anterior. É realmente triste que o PS Lousã legitime este tipo de pessoas que acabaram depois de se demitir, e ainda bem, neste tipo de ações branqueando e menorizando estes factos. É uma tristeza o PS agora lidar com o Sr. António Marçal, é desapontante, sinceramente não pensava que o PS da Lousã fosse fazer uma coisa destas e o* ***Senhor Presidente*** *estava lá e, também, deputados municipais. Gostaria de vos perguntar, sinceramente, se não têm o mínimo de pudor ou de vergonha de terem legitimado e branqueado aquele tipo de atos que aquele senhor cometeu.*" ----------

João Santo interveio para questionar as obras em curso na Rua Principal do lugar da Ponte Velha no troço que passou para o domínio da Câmara Municipal. Na qualidade de porta-voz, disse que as pessoas estão "assustadas" porque não têm nenhuma informação, nomeadamente sobre a intervenção ao nível de piso, arranjo de passeios e sinalização e queriam saber se há previsão de prazo de conclusão das mencionadas obras, uma vez que a APIN já concluiu o seu trabalho. Disse que, também, lhe fizeram chegar algumas preocupações sobre as obras do imóvel que está por detrás da Junta de Freguesia denunciando a paragem das obras e volumetria do edifício, pelo

que questionou se as obras estavam regulares e as regras cumpridas, tendo em conta que as obras estão paradas há quase um mês e que trás transtornos às pessoas daquela rua que não conseguem manobrar as suas viaturas para as suas garagens, uma vez que estão colocados andaimes que ainda estreitam mais aquela viela. Por último e sobre ciclovias, sobretudo a paralela à linha de comboio, perguntou se o traçado tem em conta a segurança dos ciclistas, ou se vai ser feita alguma intervenção a nível do arruamento.----------

António José Gonçalves interveio questionando a **Senhora Presidente da Mesa**, se há necessidade dos membros da assembleia quando querem usar da palavra, terem que se deslocar até ao púlpito, regra esta que começou a vigorar em tempo de pandemia, porque antes falavam dos seus lugares, embora considere o procedimento aleatório. Seguidamente manifestou o seu descontentamento sobre o estado em que se encontra a estrada que liga o Cabo do Soito até ao Castelo, acusando o **Senhor Presidente da Câmara** de ser o principal responsável. Recordou que se gastaram quatrocentos mil euros naquela obra e perguntou quantos mais se iram gastar para que a obra seja reposta de forma consistente. Disse ainda ter vergonha de falar daquela obra e não vislumbrava qualquer solução, lamentando o facto de um dos sítios mais bonitos da Lousã estar estragado pela falta de responsabilidade do **Senhor Presidente da Câmara.** Questionou, também, como é que está a Urbanização da Quinta das Nogueiras. Por último, perguntou pelo estado de legalização do Edifício do Clube Recreativo Vilarinhense, onde decorrem diversos eventos e pelo qual manifesta solidariedade com a Direção deste Clube.----------

Marco Sequeira interveio começando por desejar bom ano a todos, dado que esta é a primeira sessão da Assembleia Municipal do ano de dois mil e vinte e três. Seguidamente, afirmou que este ano será especialmente exigente para todos: elevada inflação, aumento das taxas de juro e a guerra são alguns dos motivos que levam a crer que este ano será, efetivamente, mais difícil e pode levar a maiores dificuldades económicas e financeiras. Deu nota da necessidade de estarem preparados para conseguir apoiar as famílias que por um motivo ou por outro se encontrem numa situação de maior carência, nesta

fase. Evidenciou o recente investimento nas pessoas de sessenta e cinco mil euros concretizado através dos centros de recursos de apoio alimentar, no âmbito do programa de medidas de apoio pontual e situações de emergência social que conta com parceiros estratégicos no concelho que permitem otimizar a resposta oferecida aos munícipes. Tem sido uma preocupação e prioridade do Executivo socialista demonstrada pelos sete, vírgula cinco milhões de euros destinados às funções sociais. Deu nota que a Autarquia da Lousã conquistou vários galardões, destacou o galardão "Autarquia + Familiarmente Responsável", fruto da estratégia implementada, que dá expressão à prioridade definida de investimento nas pessoas e à aposta sustentada na coesão social. A Bandeira Verde Eco XXI, que distingue municípios com um índice superior a 80%, estando no top 8 das autarquias com melhores índices de sustentabilidade municipal. A Bandeira do Movimento Municípios pela Paz, projeto onde os municípios integram um movimento que tem dez compromissos com a sociedade, esta é uma preocupação de todos para que a paz prevaleça sempre. A concluir felicitou a execução da obra realizada na entrada da Escola EB2 bem como à intervenção realizada em toda a sua envolvente. ----------

Santinho Antunes usou da palavra começando por corroborar que se prevê um ano difícil para todos, mas quando o Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD-CDS/PP "É hora de Mudar" coloca uma proposta para "*andarmos à frente da estratégia do governo no combate à pobreza*" o Grupo Municipal do PS opõe-se a essa proposta, porque "*parece que vem aí um bom ano, para todos.*" Abordou uma questão considerada séria para o Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD-CDS/PP que diz respeito à criação de um grupo de uma comissão para rever o regimento municipal, e o Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD-CDS/PP está seriamente a trabalhar para que isso aconteça. Deu nota que apresentou já uma proposta integral de revisão para que na próxima sessão da assembleia possa ser possível fazer a apreciação e votação da mesma, na generalidade e na especialidade. Referiu-se, também, à reorganização no Centro de Saúde da Lousã, concretamente da Unidade

de Saúde Familiar - USF Trevim Sol e segundo informação recolhida no jornal O Trevim, funcionava no Centro de Saúde e foi substituída pela recém-criada Unidade de Cuidados de Saúde Primários Personalizados. Formulou votos para que ao terminar o seu mandato, neste momento, com a extinção das Unidades de Cuidados de Saúde Personalizadas e, simultaneamente, questionou se com medidas como esta não se está a andar para trás. Deixou para reflexão a razão pela qual a USF da Lousã passou a modelo B e, porque não voltar ao tipo de unidade USF anterior, mas com melhorias introduzidas. Questionou, igualmente, como é que esta alteração vai trazer a reabertura da extensão do Centro de Saúde de Serpins, com mais profissionais, tal como é prometido e permitir o alargamento do horário de atendimento e resumidamente que todos na Lousã, tenham acesso a Cuidados de Saúde Primários. ----------

Joel Fernandes interveio dizendo que estava com o pensamento em todas as vítimas e suas famílias que estão afetadas pela tragédia do sismo que causou danos à Turquia e á Síria. Deu nota, também, que brevemente será cumprido um ano de guerra na Ucrânia. Esclareceu que o facto do Grupo Municipal do PS, votar contra, a favor ou abster-se em Moções, Recomendações ou Propostas não significa que muitas vezes vote contra, a ideia é contra o título do documento ou contra o destino a que se pretende chegar com ele: citando: "*o destino até pode ser comum o caminho é que pode ser diverso e pode ser diferente*." Afirmou que, enquanto for líder do Grupo Municipal do PS na Lousã, fará questão que seja ponto de honra, a distinção do poder político ao da justiça e não admite extrapolações com títulos ou conteúdos que só alimentam a comunicação social. Informou uma diligência pública da Câmara Municipal e do seu Executivo junto das Infraestruturas de Portugal para a necessidade evidente da melhoria da sinalização horizontal das Estradas Nacionais 342, 336 e 17. Destacou, ainda, a questão da posição da Câmara Municipal contra a proposta de tarifário da ERSUC e a pronúncia positiva da ERSAR. Por último, referiu-se ao Metro Bus e à recente consignação das empreitadas de construção do parque de material e oficinas e à

execução dos postos de transformação do Sistema de Mobilidade do Mondego.----------

Susana Barata tomou a palavra, em nome da Coligação PPD/PSD-CDS/PP – "É hora de Mudar", a fim de expor algumas preocupações, nomeadamente: a cultura, o entretenimento e a educação. Referiu-se a notícia publicada no Portal do Município em dezembro passado com o título "Lousã com elevada procura no Natal e Passagem de Ano". Começando pelo Natal e tendo presente o público-alvo as crianças, a oferta, na sua perspetiva, não foi a adequada. Em relação à Passagem de Ano lamentou não ter havido nada, porque até a Banda Anarquia, foi atuar em Penela. Mencionou a Piscina Municipal como sendo um equipamento que necessita de obras urgentes, porque chove no hall de entrada e tem conhecimento, por uma questão de redução de custos, que a temperatura da água, também foi reduzida. Disse saber que muitos pais estão desagradados e equacionam a desistência das suas crianças por esse motivo. Considera que, citando: "*se queremos campeões, temos que lhes dar as condições para que isso aconteça.*" Perguntou se existe Carnaval na Lousa?! Concelhos limítrofes como Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares têm desfile com a comunidade educativa e apoio da Câmara Municipal, mas a Lousã não. Concluiu com a reflexão de uma situação por si vivida, que tem a ver com o lançamento de um livro intitulado "O Xisto na Aldeia", na Aldeia do Candal. Fazendo o enquadramento disse que o livro foi escrito por crianças Lousanenses e o lançamento foi na Aldeia do Candal e os presentes resumiam-se às crianças autoras do livro, aos familiares e pouco mais. A concluir questionou se não deveria a Câmara Municipal intervir, incentivar e publicitar tais eventos.----------

A Senhora Presidente da Mesa deu por esgotadas as inscrições do período Antes da Ordem do Dia e passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar os esclarecimentos e informações expostas. ----------

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, sucessivamente, aos inscritos pela ordem de intervenção. Relativamente ao sistema de regulação do trânsito da Av. do Brasil, informou que devido à falta de capacidade da empresa que

tem feito o acompanhamento e manutenção daquele equipamento, a Câmara Municipal está, neste momento, a verificar outras soluções relativamente à regulação do trânsito naquele ponto. Sobre o elevador do Centro de Saúde, informou que naquele momento, não estava a funcionar, mas já tinha sido reparado depois da última assembleia, depois disso é que voltou a avariar. A obra na Ponte Velha tinha duas fases, a primeira da responsabilidade da APIN porque tinha a ver com infraestruturação básica e, agora irá ter uma segunda fase que diz respeito à requalificação da via que estava pendente da passagem transitória de celebração de protocolo entre as IP e a Câmara Municipal. Logo que possível a Câmara Municipal irá, executar a obra de beneficiação daquele troço. Relativamente ao imóvel em obras junto à Sede da Junta de Freguesia da Lousã afirmou não dispor de nenhuma informação. Quanto ao andamento da obra, disse ser uma questão que diz respeito ao dono da obra. Execução de ciclovias e de acessibilidade pedonal na Rua Industrial Manuel Carvalho e outras, informou que as condições estão definidas em conformidade com o que é necessário. Disse que a plataforma rodoviária também vai ter intervenção. Sobre a Urbanização Quinta das Nogueira, disse não dispor de informação atualizada e quanto ao Clube Recreativo Vilarinhense tanto quanto sabe é uma questão de tramitação administrativa. Evidenciou as várias ações, projetos e investimento que o município faz todos os anos regular e consistentemente e que tem permitido a obtenção dos galardões e dar uma resposta à comunidade em diferentes vertentes e dimensões. Quanto à questão da USF Trevim Sol, atual Unidade de Cuidados de Saúde de Proximidade, conforme referido anteriormente a USF Trevim Sol não tinha um funcionamento razoável, muito pelo contrário, tinha um funcionamento muito deficiente que levou a uma grande insatisfação legítima da população e decorrente de todo esse processo passou a ser uma Unidade de Cuidados de Saúde de Proximidade, adiante designada por UCSP. Disse que isto não significa que não volte a ser uma USF, no entanto, foi dado este passo no sentido de rentabilizar e otimizar os serviços de saúde à população. Neste momento e apesar de ser uma UCSP

já é evidente a existência de maior capacidade de funcionamento e atendimento à população. Assinalou o facto de brevemente se cumprir um ano de Guerra na Ucrânia e manifestou solidariedade, neste momento difícil, em que estão a viver os turcos e os sírios, provocado pelo sismo que os abalou. Assinalou, o Sistema de Mobilidade do Mondego e sua implementação e disse que todo o trabalho está a ser desenvolvido para que o processo culmine em 2024 com a entrada em funcionamento com transporte entre Serpins e Coimbra. Sobre os festejos de Natal e Fim de Ano, recordou que o tema, também, foi abordado. Existiram vários momentos de animação natalícia e, relativamente à atividade de fim-de-ano, normalmente promovida por uma empresa, confirmou que não se realizou este ano. Sobre o funcionamento da Piscina Municipal, informou que está a ser feita a elaboração do projeto para o submeter a próximo ciclo de fundos comunitários. É um equipamento municipal muito utilizado, e importante e que necessita de atualização e requalificação a vários níveis. Quanto à diminuição da temperatura da água, citando: "*estamos acima daquilo que está estabelecido nas recomendações que foram emanadas por vários organismos e Estado Português quanto às questões energéticas.*" Sobre o Carnaval, deu nota que as escolas irão celebrá-lo. No que diz respeito ao livro "Xisto na Aldeia" informou que se trata de um projeto dinamizado pela associação ACTIVAR com o apoio e acompanhamento da Câmara Municipal cuja ação e apresentação do livro foi divulgada pela Câmara Municipal que, também, adquiriu o livro para oferta de Natal, aos alunos do 4º ano. ----------

---

ORDEM DE TRABALHOS: ----------

PONTO NÚMERO UM DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira. – (doc nº 4 (quatro)). ----------

INSCRIÇÕES: Daniela Santos, Ana Bandeira, António José Gonçalves, Nelson Lopes, João Curvelo, Santinho Antunes, Joel Fernandes e Susana Barata.---------

Daniela Santos interveio começando por dizer que considerando o PRR, que nasce de uma crise social e económica e a informação da atividade municipal do **Senhor Presidente da Câmara** colocou algumas questões aos projetos nomeados para o concelho no âmbito da resiliência, transição climática e a digital. Perguntou se são apenas estes ou se haverá outros, nomeadamente, em áreas prioritárias como a saúde, assunto amplamente debatido relativamente às condições no Centro de Saúde da Lousã. Sobre isto deu nota das más condições do edifício tais como infiltrações e avarias em vários sistemas. Questionou se existem outras candidaturas no PRR no âmbito da eficiência energética, dando como exemplo a Piscina Municipal e quais as alterações feitas nesse sentido. Por último perguntou se vai existir a apresentação de uma candidatura à construção ou reabilitação de algum espaço inutilizado numa loja de cidadão, algo benéfico e urgente para os Lousanenses e sobre a habitação deu nota que existem alguns projetos pensados e propostos para os quais perguntou qual o fim e objetivos. Uma vez que o Senhor Primeiro Ministro está a fazer uma visita pelo país no âmbito do PRR, questionou se, também, está incluída a Lousã. Afirmou que a Lousã está muito atrasada no âmbito do PRR e parece esquecer-se de áreas tão importantes como a saúde, eficiência energética e implementação de uma Loja do Cidadão, projetos iniciados em outros concelhos fazendo assim uma boa utilização desse dinheiro, sendo lamentável se tal não acontecer na Lousã. ----------

Ana Bandeira tomou a palavra para se referir ao apoio social e à concretização de grandes projetos a decorrer no concelho e que mereceram a atenção do governo. Destacou a visita das Senhoras Ministra do Trabalho e da Solidariedade e da Segurança Social, Ana Mendes Godinho e da Senhora Ministra Adjunta de Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes. A Senhora Ministra do Trabalho da Solidariedade e da Segurança Social bem como outros membros do governo e representantes de diversas entidades estiveram presentes na cerimónia de assinatura do contrato da candidatura ao PRR apresentada pela Cooperativa de Solidariedade Social Pedrinhas. Este projeto

contempla a construção de uma resposta de habitação colaborativa dedicada ao acolhimento temporário de famílias de crianças em tratamento de doenças graves, caso as suas habitações necessitem de intervenção especializada ou durante o período de tratamento. Ana Catarina Mendes, Ministra-adjunta de Assuntos Parlamentares visitou a DUECEIRA, onde foi apresentado o programa Seis em Rede, Gabinete de Apoio à Vítima e respostas de apoio psicológico a crianças e jovens, bem como o espetro de atuação da Associação de Desenvolvimento do Ceira e do Eça. Realçou a necessidade de reforçar a visita de entidades governamentais às regiões do interior e o interesse que por elas tem sido demonstrado. ----------

António José Gonçalves interveio para dizer que a informação escrita é insuficiente e solicitou a intervenção da **Senhora Presidente da Mesa** neste assunto, dado que é recorrente. Seguidamente questionou o **Senhor Presidente** a razão pela qual teve que ir a Tribunal o assunto da Windpark uma vez que ambas as partes fizeram um acordo. Questionou se será viável o cumprimento dos prazos até ao dia trinta de abril para regularização do que estava mal edificado e a concluir pediu esclarecimentos sobre a DGPW, SA. --

Nelson Lopes interveio começando por recordar que há cerca de um ano atrás, transmitiu o sentimento de satisfação por verificar no anuário publicado pela Imprensa Regional em dezembro 2021, que de uma forma geral, no ano de 2020, as empresas e empresários da Lousã, conseguiram uma enorme capacidade de adaptação e resiliência necessárias para enfrentar as dificuldades decorrentes da pandemia totalmente inesperada. Referiu na época as 52 empresas do concelho da Lousã. No passado mês de dezembro foi publicado o anuário referente aos resultados das empresas no exercício do ano 2021, relativo ao segundo ano da Covid-19, que implicou duras e variadas restrições para as famílias e empresas. No âmbito deste anuário publicado nos órgãos de comunicação social verificou-se que o número de empresas Lousanenses aumentou de 52 para 59 e que as mesmas foram responsáveis por um volume de negócios no montante de duzentos e noventa e três milhões de euros. Em relação ao ano de 2021, 19 empresas do concelho

receberam a distinção de PME Líder e 9 de PME Excelência. Pelo INE, ficaram também a conhecer o crescimento da capacidade exportadora do concelho que de 2020 para 2021 aumentou cerca de 33%, bem como a redução do número de desempregados que no mesmo período diminui aproximadamente 2,3%. Citando: "*Estes resultados enchem-nos a todos de orgulho e foi mais uma vez objeto de um justo reconhecimento público por parte deste Executivo no passado dia 23 de janeiro.* "Deixou uma especial saudação às empresas e colaboradores e parceiros do concelho responsáveis por estes resultados. Deixou ainda especial apreço ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela AESL – Associação Empresarial Serra da Lousã e ao Executivo que de forma atenta e empenhada conseguiu acompanhar e dar resposta às enormes dificuldades e aos grandes desafios que as empresas e empresários tiveram que enfrentar nestes últimos anos. Afirmou estar convicto de que se se mantiver este esforço conjunto, citando: "*vamos conseguir mitigar os efeitos desta complexa conjuntura económica e continuar a fortalecer o nosso tecido empresarial*".----------

João Curvelo – prescindiu da palavra. ----------

Santinho Antunes perguntou relativamente à questão ambiental que preocupa a Coligação PPD/PSD-CDS/PP – "É hora de Mudar", o que é que o Senhor Presidente fez ou pensa fazer relativamente à bactéria xylella fastidiosa, visto ser uma preocupação por parte de alguns municípios. ----------

Joel Fernandes interveio a questionar se nesta ou em outras reuniões em que o **Senhor Presidente** esteve, sobre o Metro Bus, já foi abordada a questão do projeto "um bilhete.pt" no sentido de permitir vendas de bilhetes nos transportes nacionais e, caso afirmativo, se considera uma mais-valia para o Sistema de Mobilidade do Mondego. ----------

Susana Barata interveio para questionar na área das infraestruturas, se a data da conclusão do prazo da empreitada de requalificação do cineteatro se mantém e se já é possível dizer aos Lousanenses o quanto é que a Câmara Municipal investiu nesta requalificação. Fez ainda uma observação relativa à obra EB 2 que tem em falta a acessibilidade para cadeira de rodas.----------

A Senhora Presidente da Mesa deu por esgotadas as inscrições do ponto um da ordem de trabalhos, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara.** ---
O Senhor Presidente a fim de prestar os esclarecimentos respondeu dizendo: as candidaturas e projetos no âmbito do PRR, as candidaturas apresentadas até ao momento e já aprovadas, capacidade de crianças em creche com turmas alargadas, pela Santa Casa da Misericórdia da Lousã, Cooperativa Pedrinhas, várias candidaturas de empresas, nomeadamente no apoio à criação de emprego e outras medidas de modernização no âmbito da transição digital. No que diz respeito a pessoas e famílias disse que há um número bastante assinalável de candidaturas aprovadas que tem a ver com a transição energética e modernização energética das habitações, candidaturas submetidas no âmbito da habitação com acessibilidades: acessibilidade 360, bolsa nacional de alojamento urgente e temporário e outra que será submetida o posicionamento do município relativamente ao Primeiro Direito e, em articulação com a CIM-RC foi submetida esta semana candidatura relativa ao arrendamento acessível, a proposta para a criação de 152 fogos de várias tipologias no âmbito do arrendamento acessível, entre imóveis e terrenos da própria autarquia e imóveis de outros proprietários. Sobre a Saúde, informou que está sinalizado o projeto do segundo edifício do Centro de Saúde, conjuntamente com as entidades nacionais e regionais, nomeadamente o Ministério definir a melhor via de financiamento Portugal 2030 ou PRR. Sobre eficiência energética há um conjunto de situações identificadas, algumas candidaturas estão a ser elaboradas em conjugação com a CIM-RC, nomeadamente para a criação de uma comunidade para a energia renovável entre outras situações. No que respeita à eficiência energética disse que uma das questões principais e prioritárias é para a intervenção na Piscina Municipal, entre outras. Quanto à Loja do Cidadão o município tem esta situação enquanto projeto definido. Relativamente a possibilidades de financiamento anterior atendendo ao universo global que era o investimento e o teto que havia, o desfasamento era grande, por isso, a Câmara Municipal encontra-se a verificar as possibilidades que possam surgir

bem como os montantes ao necessário investimento global a fazer, assim como para o Sistema de Mobilidade do Mondego no âmbito do programa PRR. Salientou a importância dos serviços que são prestados no âmbito da Rede de Apoio à Vítima e o universo territorial que estes serviços abrangem, porque para além dos quatro municípios da DUECEIRA, Penacova e Pampilhosa da Serra, também, são abrangidos neste projeto. A questão da Windpark foi por esta via porque não houve possibilidade de entendimento. Adiantou que ainda não foi feito o pagamento que será faseado e à medida da construção das obras que serão na Av. S. Silvestre e Dr. Henrique Figueiredo. No que diz respeito à ação interposta pela DGPW, SA, a Câmara Municipal apenas contestou com argumentos suficientemente fortes para sustentar a posição da Câmara Municipal. Assinalou o desempenho bastante meritório não só das PME Líder e Excelência, mas também um conjunto mais alargado de empresas. Quanto à legionella fastidiosa, disse que é uma problemática que o município tem acompanhado e inclusivamente foram promovidas reuniões com os agentes que mais impactados estão com esta situação e com os serviços da Direção Regional do Ministério da Agricultura. Quanto à gestão da bilhética integrada está a ser trabalhada tem havido algumas reuniões do âmbito do Sistema de Mobilidade do Mondego e preconiza-se a possibilidade de haver um bilhete único que ligue Serpins à Portagem, em Coimbra e, caso necessite dos serviços Municipalizados de Transportes possa ter essa opção. O prazo contratualizado das obras do cineteatro é para o dia 31 de maio e relativamente ao montante que a Câmara Municipal investiu até ao momento, segundo informação de que dispõe e que foi faturado e pago são novecentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e oitenta e dois euros, em termos financeiros de execução está a 50% da execução total da obra. Relativamente à acessibilidade à EB 2, deu nota de que no início da próxima semana a situação ficará resolvida. ----------

António José Gonçalves interpelou para dizer que não ficou esclarecido quanto à data da reunião que o **Senhor Presidente** teve com a Administração da Metro Mondego, nomeadamente o dia em que a mesma se realizou.--------

O Senhor Presidente esclareceu que se tratou de uma reunião como outras que se realizam regularmente que tem a ver com o acompanhamento e ponto de situação relativamente ao desenvolvimento de várias questões.-------

A Senhora Presidente da Mesa sugeriu ao **Senhor Presidente**, apesar de cumprir em termos legislativos com aquilo que vem no artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual ser pertinente recomendar alguma melhoria nesta questão. No mínimo um objetivo, um enquadramento sobre cada uma destas questões para que todos os membros fiquem com maior informação possível e depois se surgir questões poderão ser colocadas e esclarecidas em reunião. ----------

---

PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

2 - Designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da CPCJ da Lousã. ----------

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que esta designação surge em virtude do Comissário Manuel Rodrigues da Silva Simões atingir o seu mandato, ou seja, esteve nove anos consecutivos na CPCJ e agora a proposta recai sobre João Manuel Henriques Mendes, da qual fez a leitura do registo biográfico, documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas. (doc. nº 5 (cinco)). ----------

---

Colocado à votação o nome de João Manuel Henriques Mendes para integrar a Comissão Alargada da CPCJ da Lousã, foi aprovado por unanimidade com a presença de todos os membros da assembleia. ----------

---

A Senhora Presidente da Mesa anunciou que relativamente aos pontos seguintes, dos pontos nº 3 ao ponto nº 6, porque o assunto é o mesmo, propôs que haja uma discussão na generalidade e depois que se faça a votação individualmente. Não houve qualquer oposição a proposta. ----------

---

INSCRIÇÕES: Santinho Antunes, Nelson Lopes e Helena Correia. ----------

Santinho Antunes interveio dizendo que a Coligação PPD/PSD-CDS/PP – "É hora de Mudar", irá votar favoravelmente, todavia não podia deixar de dizer aos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, que acredita que tenham assumido as responsabilidades de forma consciente e tenham negociado esta assunção de competências e, por isso mesmo, a Coligação irá votar favoravelmente, atendendo a isso. ----------

Nelson Lopes usou da palavra dizendo que estes quatro contratos interadministrativos que regulam e definem quais as delegações de competências atempadamente negociadas com cada uma das Juntas de Freguesia. Referem-se a investimentos identificados para cada freguesia e apresentam a estimativa orçamental para o efeito. No âmbito destes contratos o município além de continuar a disponibilizar o apoio técnico e equipamentos compromete-se a transferir no ano de 2023 para estas autarquias um montante total de duzentos e vinte e quatro mil euros. Sendo transferido o montante de trinta e seis mil e quinhentos euros para os equipamentos sinalizados na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, igualmente para a freguesia das Gândaras, e o montante de oitenta e sete mil euros para os investimentos previstos para a União de Freguesias da Lousã e Vilarinho e o montante de cinquenta e seis mil e quinhentos euros para os investimentos na freguesia de Serpins, aos quais acresce a transferência de o montante de sete mil e quinhentos euros para que esta entidade assegure o transporte escolar dentro da sua área geográfica. Concluiu dizendo que uma administração local moderna sinta a sua ação numa articulação entre todos os órgãos das autarquias locais e assim se entende que com o respeito pela autonomia de cada identidade mas colaborando ativamente entre si a opção delegação de determinadas competências permite por força da proximidade às populações uma melhoria dos serviços prestados à comunidade e um reforço da coesão no território. ----------

Helena Correia interveio para dizer que as propostas de delegação de competências do município para as freguesias, agora colocadas à

apreciação e votação da Assembleia Municipal resultam da negociação possível entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. Parece sempre competências a mais e valor a menos para a execução das obras e investimentos, ainda assim persiste a lógica da subsidiariedade e da proximidade que garante a melhor prestação do serviço público que assumem e pelo qual dão a cara. Afirmou que reconhecem e valorizam a progressividade do procedimento de delegação de competências sabendo que há espaço para fazer mais e melhor. Realçou nos contratos interadministrativos uma rede sólida de trabalho entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal que permite uma muito eficaz articulação do trabalho e execução dos vários investimentos que consideram pertinentes. Reforçou a necessidade de haver alteração na descentralização bem como a regulação destas delegações de competências. ----------

O Senhor Presidente da Câmara prescindiu da palavra. ----------

---

PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

3 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio. Doc nº 6 (seis)).----------

---

Colocada à votação a proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio foi aprovada por unanimidade com a presença de todos os elementos da assembleia.----------

---

PONTO NÚMERO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

4 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras. (doc. nº 7 (sete)).----------

---

Colocada à votação a proposta de delegação de competências municipais na Freguesia das Gândaras foi aprovada por unanimidade com a presença de todos os elementos da assembleia.----------

---

PONTO NÚMERO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

5 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Lousã e Vilarinho. (doc. nº 8 (oito)---------

---

Colocada à votação a proposta de delegação de competências municipais na União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, foi aprovada por unanimidade com a presença de todos os elementos da assembleia.----------

---

PONTO NÚMERO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

6 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins. (doc. nº 9 – (nove)).----------

---

Colocada à votação a proposta de delegação de competências municipais na Freguesia de Serpins, foi aprovada por unanimidade com a presença de todos os elementos da assembleia. ----------

---

PONTO NÚMERO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

7 - Autorização e votação de abertura de procedimento para recrutamento de um dirigente intermédio de 3º grau - Chefe de Unidade - para a Unidade Jurídica e de Recursos Humanos. (doc. nº 10)). ----------

---

INSCRIÇÕES: Não houve.----------

Colocada à votação a proposta de abertura de procedimento para recrutamento de um dirigente intermédio de 3º grau - Chefe de Unidade - para a Unidade Jurídica e de Recursos Humanos, foi aprovada com 17 (dezassete) votos a favor do PS e BE e 8 (oito) abstenções da Coligação PPD/PSD-CDS/PP – "É hora de Mudar".----------

---

PONTO NÚMERO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

8 - Apreciação e votação da proposta de contratação do empréstimo a médio e longo prazo com recurso à linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de 135.000,00 € destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 - Rede Ciclável da Lousã - Zona Central. (doc nº 11)). ----------

INSCRIÇÕES: Não houve. ----------

Colocada à votação a proposta de contratação do empréstimo a médio e longo prazo com recurso à linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de EUR: 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil euros) destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 - Rede Ciclável da Lousã - Zona Central, foi aprovada por unanimidade com a presença de todos os elementos da assembleia. ----------

---

PONTO NÚMERO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

9 - Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2023. (doc. nº 12)). ----------

INSCRIÇÕES: Luís Martins. ----------

Luís Martins tomou a palavra a fim de fazer o enquadramento começando por dizer que todos os presentes sabem que a formulação de um orçamento é elaborado através da previsão do cálculo das receitas e que depois, aplica-se as despesas, de acordo com as necessidades e as normas estabelecidas. Esta designação até se pode aplicar aos orçamentos familiares que todos fazem em casa. Sabem quais são as receitas, definem quais as necessidades e depois complementar. Daí dar sempre ênfase ao rigor das contas. Citando: "*Nesta Assembleia Municipal sempre testemunhámos o rigor do cumprimento das regras do equilíbrio orçamental ao longo de vários anos. E é graças a essas normas estritamente cumpridas que o município tem à sua disposição um instrumento financeiro que nos permite dar alguma autonomia na gestão do orçamento, sempre que este não corra como o inicialmente previsto. Estamos a falar do saldo de gerência. Neste ponto, estamos a anular rubricas de receita ao orçamento inicial e, também, um acréscimo adicional a despesas.*

O que é uma prática normal e decorrente na gestão e execução de qualquer orçamento público. Uma vez que os documentos de suporte não estão especificamente descritos, questionou o ***Senhor Presidente da Câmara*** *se sabe concretamente quais são as valências que deixam de ser estimadas como receita, e qual a despesa adicional que teve que ser elencada."* ----------

O Senhor Presidente da Câmara usou a palavra a fim de responder às questões colocadas. O valor inscrito em orçamento para o saldo de gerência era inferior àquele que foi apurado de forma que em termos contabilísticos o procedimento é fazer a anulação do valor que estava inscrito e por isso houve necessidade de reforço da diferença entre valores. O valor real do saldo de gerência apurado está inscrito em uma rúbrica e os reforços vão sendo feitos em função daquilo que são as necessidades em termos de gestão orçamental. ----------

---

Colocada à votação a proposta da 1ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2023 foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor e 9 (nove) abstenções do BE e da Coligação PPD/PSD-CDS/PP – "É hora de Mudar".----------

PONTO NÚMERO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

10 - Apreciação e votação da prorrogação do prazo de aceitação da transferência de competências no domínio da ação social ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº55/2020, de 12 de agosto. (doc nº 13)).----------

INSCRIÇÕES: Santinho Antunes. ----------

Santinho Antunes usou da palavra mencionando as suas palavras proferidas em fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, citando: "*Consideramos que esta transferência de poderes e competências não constitui a denominada descentralização mas uma mera desconcentração. Só há descentralização quando há transferência que inclua o poder de decidir. São já vários os estudos que concluem que as transferências de competências do Estado Central para as autarquias, é desajustado face ao custo real das tarefas a*

assumir, o que se torna ainda mais preocupante, quando falamos de ação social." Defendeu que seja feita uma verdadeira descentralização de competências em que o poder local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, o que não se prevê acontecer. Instou o **Senhor Presidente da Câmara** a reclamar de forma severa junto do governo os meios necessários para que a transferência aconteça de forma a garantir as necessidades dos Lousanenses. A concluir questionou se a Carta Municipal e Supramunicipal se encontram concluídas pois trata-se de um instrumento estratégico para a correta regulamentação destas competências. Afirmou que isto foi dito há um ano e volvido esse tempo encontram-se hoje a falar da mesma coisa. Citando: "Aqui se nota o que eu queria dizer, estamos sempre atrás. Temos que andar á frente e nessa medida deixo aqui as perguntas que fiz há um ano." ----------

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta disse que relativamente a esta temática já foi várias vezes debatido. O facto de o município não ter aceitado no passado levou a que hoje as verbas que estão afetas, nomeadamente ao Município da Lousã, sejam verbas muto mais adaptadas às necessidades. Relativamente à Carta Municipal e Supramunicipal a Câmara Municipal vai acompanhando e, por isso, este trabalho está a ser feito de acordo com o tempo definido e num universo intermunicipal. ----------

---

Colocada à votação a prorrogação do prazo de aceitação da transferência de competências no domínio da ação social ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº55/2020, de 12 de agosto, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros da assembleia.----

PONTO NÚMERO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

11 – Apreciação e votação da retificação da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas Municipais – doc. nº 14 (catorze)). ----------

INSCRIÇÕES: António José Gonçalves. ----------

António José Gonçalves começou por dizer que a questão que pretendia colocar foge ao âmbito deste ponto, mas questionou o **Senhor Presidente**

sobre o pagamento de taxas dos outdoors publicitários que existem espalhados pela vila. ----------

O Senhor Presidente respondeu que relativamente à retificação da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas Municipais nada tinha a dizer, quanto ao resto a situação está a ser regularizada.----------

---

Colocada à votação a retificação da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas Municipais, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros da assembleia. ----------

---

PONTO NÚMERO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

12 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento público através da celebração de contrato Interadministrativo – (doc. nº 15 (quinze)).----------

INSCRIÇÕES: Não houve. ----------

Colocada à votação a proposta de delegação de competências no âmbito dos procedimentos contraordenacionais no domínio do estacionamento público através da celebração de contrato Interadministrativo foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros da assembleia.----------

---

PONTO NÚMERO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

13 - Apreciação e votação da proposta de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas nos municípios enquanto autoridade de transportes relacionada com a prestação do serviço público de passageiros através da celebração de contrato Interadministrativo – (doc. nº 16 (dezasseis)). ----------

INSCRIÇÕES: Não houve. ----------

Colocada à votação a proposta de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas nos municípios enquanto autoridade de transportes relacionada com a prestação do serviço público de passageiros através da celebração de contrato Interadministrativo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis de todos os membros da assembleia.----------

---

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações, a fim de que os mesmos possam produzir efeitos imediatos.----------

---

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e três minutos. ----------

---

A Presidente da Mesa,

ANA FERREIRA

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins